

O BRASIL EM BUSCA DE PRESTÍGIO: CONCEITOS E CONJUNTURAS

Brazil searching for prestige: concepts and conjunctures

Fernando Santomauro¹

¹ Doutor em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil; e Coordenador de Aprendizagem Online no Secretariado Mundial da organização Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona, Catalunha, Espanha. **E-mail:** fsantomauro@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8951-0151>.

Artigo recebido em: 11 abr. 2025 | Aceito em: 14 out. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Com o objetivo de contribuir para a discussão conceitual de um campo da História, da Cultura e das Relações Internacionais **do** e **com** o Brasil, o artigo apresenta e defende o conceito de Diplomacia do Prestígio, usado para definir a maneira de atuação e as especificidades da política externa brasileira. Para isso, o texto parte de autores tradicionais da teoria das Relações Internacionais, como Morgenthau e dialoga com referências basilares da teoria e da História da Política Externa Brasileira, como Soares de Lima e Bueno, além de atores-autores como Campos e Arndt, e em fontes primárias brasileiras. A partir dessas referências, buscou-se caracterizar a Diplomacia de Prestígio no Brasil, diferenciando-a de outros conceitos como Diplomacia Cultural, Diplomacia Pública ou *Soft Power*, definidos por autores de outros países e em outras conjunturas.

Palavras-chave: Diplomacia do Prestígio. Diplomacia Cultural. Diplomacia Pública.

ABSTRACT

With the aim of contributing to the conceptual discussion of a field of History, Culture, and International Relations **of** and **with** Brazil, this article presents and defends the concept of Prestige Diplomacy to define the manner of action and specificities of Brazilian foreign policy. To this end, it draws on traditional authors of international relations theory, such as Morgenthau, in dialogue with fundamental references in the theory and History of Brazilian Foreign Policy, such as Soares de Lima and Bueno, as well as actors-authors such as Campos and Arndt, and primary Brazilian sources. Based on these references, it characterizes Brazil's Prestige Diplomacy, differentiating it from other concepts such as Cultural Diplomacy, Public Diplomacy, or *Soft Power*, defined by authors from other countries in other contexts.

Keywords: Prestige Diplomacy. Public Diplomacy. Prestige Diplomacy.

INTRODUÇÃO

Felizmente, os estudos culturais das relações internacionais no Brasil vêm se multiplicando ao longo do século XXI, seja nos campos da Ciência Política, da História ou da Política Internacional, enriquecendo e complexificando as diversas e necessárias lentes de análise que pensam as interações entre países, mercados, sociedades e culturas, com reflexos políticos, econômicos e ideológicos. Essa diversidade de análises e visões traz também uma multiplicidade de conceitos para caracterizar essas dinâmicas e fluxos culturais internacionais **do** e **com** o Brasil, muitos deles emprestados de analistas estrangeiros, principalmente estadunidenses e franceses.

O presente artigo tem o objetivo de contribuir com esse debate, analisando as conjunturas nas quais conceitos como *Soft Power*, Informação, Diplomacia Pública e Diplomacia Cultural foram criados, situando e defendendo o conceito de Diplomacia de Prestígio para caracterizar o caso brasileiro.



Para isso, em um primeiro momento, o artigo analisará o conceito de Diplomacia de Prestígio, de acordo com as definições de Roberto Campos, Clodoaldo Bueno e Maria Regina Soares de Lima, que foram propostas em diferentes momentos e casos, ao longo da história da política externa brasileira. Além disso, busca observar como tal conceito, utilizado para pensar o caso brasileiro, se diferencia de outros conceitos criados pela tradição dos estudos de história cultural francesa das relações internacionais, ou da tradição estadunidense de atores/analistas da sua política de “informação”.

Em um segundo momento, serão situadas as conjunturas histórico-políticas nas quais foram criados os conceitos de Diplomacia Cultural, Diplomacia Pública e *Soft Power*, por analistas da França e dos Estados Unidos.

Por fim, a conclusão do artigo retoma e defende o conceito de Diplomacia de Prestígio para pensar o caso brasileiro, de acordo com as possibilidades de atuação do Brasil no campo internacional.

A DIPLOMACIA DO PRESTÍGIO COMO UM TERMO PARA PENSAR A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: AUTORES E CONTEXTOS

Ao longo da história, a Diplomacia Cultural é o primeiro recurso dos países mais influentes em suas estratégias internacionais. É o que diz Richard Arndt², ex-funcionário da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA- *United States Information Agency*), maior agência daquele país durante a Guerra Fria e a responsável por disseminar a imagem do país internacionalmente, de 1953 a 1999. Arndt constrói esse argumento transcendendo sua experiência com a USIA e resgatando a história das principais potências do mundo³. Para ele, desde a Grécia Antiga até os Estados Unidos do pós-Guerra Fria, os grandes países sempre utilizaram, em primeiro lugar, de meios não militares como primeira opção de ação internacional.

A rica tradição dos estudos da História Cultural das Relações Internacionais francesa⁴ também segue no mesmo sentido, demonstrando como as grandes potências usaram a Diplomacia Cultural como ferramenta prioritária ao longo do tempo. A também chamada “quarta dimensão das relações internacionais”⁵, muitas vezes a última a ser considerada pelos analistas da

² Em Arndt, 2005, p. xi: “*Reflecting on humankind as a cultural diplomat, I came to understand that, if war in Hugo Grotius's phrase was the 'last resort of kings' - ultima ratio regum - then cultural diplomacy was surely the first.*”.

³ Arndt descreve o uso da dimensão cultural ao longo da história das relações internacionais para defender a ideia de que essa dimensão foi a primeira a ser usada, muito antes de seu uso moderno pelos Estados Unidos. Para Arndt (2005, p. 1): “*For our purposes, a few selective glimpses into three thousand years of history, lingering here and there, will remind us that the well-read American Founders, however gifted, did not invent the diplomacy of cultures. For at least three millennia before them, cultural diplomacy had been the first resort of kings.*”.

⁴ Tal tradição inclui autores como Denis Rolland, Gilles Matthieu, Pierre Melandri, Maurice Vaisse, Katia de Queiroz Mattoso e Juliette Dumont. Alguns desses pesquisadores também mantém trabalhos e prolífica produção na área de estudos políticos, históricos e culturais com acadêmicos no Brasil, como Hugo Suppo e Mônica Leite Lessa, e com a área de relações internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

⁵ A quarta dimensão das relações internacionais, que também dá título a uma obra de referência para a área no Brasil, organizada por Lessa e Suppo (2012), resgata a proposta de Merle, citado por Suppo (2012, p. 39), da seguinte maneira: “... é Marcel Merle quem fez, já em 1985, como já foi analisado, a proposição mais radical de todas. Em *Forces et enjeux dans les relations*



política internacional tradicional, é identificada e definida por diferentes termos e medidas, seja como política cultural internacional, seja como propaganda, ou pela corrente analítica estadunidense, que a define às vezes como política de informação, Diplomacia Pública, ou mais recentemente como *Soft Power*. Todos estes conceitos foram criados em diferentes conjunturas e, muitas vezes, com diferentes objetivos.

Mas como um analista brasileiro, diante dessa multiplicidade de termos existentes sobre a dimensão não coercitiva das relações internacionais, pode definir, de maneira apropriada, o que caracteriza a maneira pela qual seu país estrutura sua influência internacional? É possível encontrar um termo adequado, claro e que possa ser usado amplamente, para caracterizar diferentes períodos da história diplomática do Brasil?

Para isso, como sempre, olhar para trás talvez seja uma boa maneira de pensar o presente e o futuro. Uma primeira possível direção pode ser a apontada por Roberto Campos. Escritor, político e economista liberal, Campos entrou e se manteve na vida pública também como diplomata. Mesmo assumindo diversos postos públicos ao longo da carreira, nunca deixou de analisar a política externa brasileira e sua história, como participante e pensador. Em artigo de 1997⁶ para o jornal Folha de S. Paulo⁷, Campos se dedica a analisar o que seria uma Diplomacia de Prestígio do Brasil.

Para Campos, a Diplomacia de Prestígio se caracterizaria pela "capacidade de manipulação política, valorizando fatores ideológicos e psicológicos". Segundo esse autor, o Brasil teria se dedicado, ao longo de sua história republicana e com grande energia, muito mais à sua Diplomacia de Prestígio do que a uma "diplomacia de resultados", que é defendida pelo autor⁸.

Entre outros exemplos, Campos destaca e critica os esforços da Diplomacia de Prestígio do Brasil por se fazer relevante em organizações internacionais ao longo de sua história republicana, como ocorreu desde 1923, com a pretensão de ser membro permanente do Conselho da Liga das Nações. Segundo ele, essa Diplomacia de Prestígio continuaria com Vargas, após a participação do

internacionales, ele propõe a criação de um novo paradigma centrado no fator cultural, substituindo os três paradigmas existentes na época do domínio das relações internacionais. Segundo ele, o paradigma realista (privilegiando o fator político), o liberal (o econômico) e o da interdependência (a revolução tecnológica) não davam conta da complexidade da realidade internacional".

⁶ Os anos 1990 foram prolíficos em criar novos termos que tentavam caracterizar o que seria uma nova maneira de influenciar outros países, em uma conjuntura que via uma nova ordem mundial pacífica, com o fim da Guerra Fria, pós-dissolução da União Soviética, e uma suposta *Pax Americana*. O mais célebre dos termos, muito adotado desde então em diferentes contextos, é o *Soft Power*, ou poder brando, criado por Joseph Nye. Mais à frente, o artigo se dedicará a definir a conjuntura, abrangência e falta de clareza deste termo, além de discutir outros conceitos criados em diferentes conjunturas.

⁷ O artigo "Sobre a diplomacia de prestígio" fez parte de sua coluna "A coluna na popa", no jornal Folha de S. Paulo, em 31 de agosto de 1997.

⁸ No artigo, Campos (1997) defende que era mais relevante para o Brasil dedicar suas energias e recursos para uma "diplomacia de resultados", que naquele momento poderia ser traduzida em ações como o fortalecimento do Mercosul, como caminho para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ou para a entrada do país na OCDE, muito mais do que na luta por ser um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.



Brasil na 2ª Guerra Mundial⁹, na luta por fazer parte, como membro permanente, do Conselho de Segurança da ONU.

Além disso, Campos destaca a primazia dessa Diplomacia de Prestígio em ações e alianças ambiciosas ao longo da história diplomática brasileira, desde fazer parte de movimentos como a “política terceiro-mundista”¹⁰ ou em iniciativas como o acordo nuclear com a Alemanha em 1975¹¹.

No mesmo período em que o conceito de *Soft Power* foi criado por Joseph Nye - acadêmico que também trabalhou no governo norte-americano - para definir a maneira não militar que os Estados Unidos deveriam adotar no novo contexto pós-Guerra Fria, Roberto Campos, pensador e político brasileiro, definia como Diplomacia de Prestígio a maneira pacífica, mais longa e consolidada, da política brasileira no exterior.

O mesmo termo é usado por outros importantes analistas de forma mais abrangente, na mesma década de 1990, para designar outras fases da política externa do Brasil. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, autores de *História da Política Exterior do Brasil*¹², também se utilizam do termo Diplomacia de Prestígio para caracterizar períodos da política exterior desde o Segundo Império.

Para Bueno e Cervo (2008, p. 136¹³), a Diplomacia de Prestígio designava a política externa do Brasil nas duas últimas décadas do Império, quando, a partir do prestígio pessoal de Dom Pedro II e com uma intensa agenda¹⁴ junto a cientistas e escritores e em universidades e instituições na Europa, África, Oriente Médio e Estados Unidos, o Brasil começaria a ser reconhecido como país relevante no plano internacional da época.

⁹ Para Campos (1997), a posição de relevo do Brasil na ONU viria como reconhecimento da cessão da base aérea de Natal na 2ª Guerra: “Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, em reunião com Vargas, o presidente Roosevelt, grato pelo apoio bélico brasileiro por meio da cessão da base aérea de Natal, declarou que proporia para o Brasil uma posição de relevo na futura ONU, a ser criada após o conflito.” Campos, crítico dessa Diplomacia de Prestígio, via que “O tema continuou por muito tempo como brasa sob cinzas no Itamaraty, sem análise realista dos custos (que são muitos) ou dos benefícios (que são poucos)”. Para o autor, esse prestígio não se justificava em termos concretos: “A vantagem [da participação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU] seria a projeção externa de nossa imagem política. Mas essa projeção melhor seria alcançada como subproduto do desenvolvimento econômico, à guisa do que fizeram Alemanha e Japão”. Para Campos, “nossas prioridades devem ser outras, de tipo mais utilitário”.

¹⁰ Em Alves e Khalil (2014), pode-se consultar mais sobre a política “terceiro-mundista” do Brasil, especialmente durante o governo Castelo Branco, que buscava e reforçava alianças multilaterais não-alinhadas, mesmo em um contexto bipolar e de Guerra Fria.

¹¹ O acordo é definido pelo Atlas como “o “acordo do século” não apenas pela magnitude da transação, aproximadamente dez bilhões de dólares em preços de 1975, mas, sobretudo, pela novidade da natureza daquela cooperação, já que se tratou da primeira cooperação nuclear entre um país industrializado e um do Terceiro Mundo, incluindo a transferência de equipamentos e de tecnologia para todas as fases do ciclo de produção de energia nuclear”. Em Fundação Getúlio Vargas (1998).

¹² Obra referência para a área, com primeira edição lançada em 1992. Aqui é usada a terceira edição, de 2008.

¹³ “Nas duas últimas décadas do Império, quando as relações internacionais se ampliaram sob efeito da expansão colonial europeia e dos primórdios do novo imperialismo, dom Pedro II investiu seu prestígio pessoal, muito elevado tanto na Europa quanto na América, com a finalidade de resguardar o interesse brasileiro no exterior. Usou, para tanto, de seus intensos e permanentes contatos com instituições científicas, cientistas, escritores e membros das famílias reais européias”.

¹⁴ Bueno e Cervo, 2008, p. 135: “[Dom Pedro II] empreendeu três viagens pelo Ocidente (1871, 1875 e 1887), durante as quais estabeleceu contatos de alto nível com governos e instituições dos Estados Unidos, de quase todos os países europeus, incluindo a Rússia dos czares, o Império Otomano, a Grécia, a Terra Santa e o Egito. O chefe de Estado brasileiro tornava assim o país mais conhecido e respeitado no exterior.”



Como fruto dessa Diplomacia de Prestígio de Dom Pedro II, o país teria sido convidado para indicar o terceiro juiz em comissões mistas tripartites internacionais de arbitramento, que decidiram litígios entre Estados Unidos e França (frutos da Guerra de Secessão) e questões advindas da Guerra do Pacífico, entre Itália, Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, França e Chile¹⁵.

Além disso, a Diplomacia de Prestígio do período também se expressou pela maior participação do país em diversos eventos internacionais, como exposições, conferências e em dois congressos pan-americanos¹⁶. Essa expansão da política externa do Brasil não se limitou às relações com potências tradicionais europeias ou com as emergentes, como os Estados Unidos, mas também se estendeu a outras grandes nações, não centrais.

Foi nesta ocasião que o Brasil estabeleceu relações políticas regulares com a China, inicialmente com o objetivo (não levado adiante) de atrair mão de obra trabalhadora daquele país, o que encontrou resistência política interna no Congresso e na opinião pública brasileira¹⁷. Mas apesar dessas resistências internas, foi durante esse período que o Brasil realizou os primeiros tratados bilaterais com a China, estabelecendo relações comerciais e de trânsito entre cidadãos dos dois países e abrindo caminho para novos tipos de relações internacionais com países não centrais e de fora da América.

É também nesse contexto, como parte dessa colaboração interamericana aberta entre Dom Pedro II e instituições de pesquisa, fundações (como a Smithsonian Institution) e universidades estadunidenses (como Harvard, Cornell, Indiana e Stanford), que missões científicas daquele país começaram a visitar a Amazônia oficialmente, em primeiras missões de pesquisa, com apoio de militares e empresas norte-americanas¹⁸.

¹⁵ Em Bueno e Cervo, 2008, p. 136.

¹⁶ Como descrito por Bueno e Cervo, 2008, p. 136: "O governo brasileiro, paralelamente, era solicitado a fazer-se representar em eventos internacionais de toda sorte. O Ministério de Negócios Estrangeiros ostentava em 1882, por exemplo, convites para participar de sete congressos, duas conferências e duas exposições internacionais; para três congressos, uma conferência e oito exposições em 1884. No seio dessa ampliação do horizonte externo, veio enfim a decisão de participar dos congressos pan-americanos, quando se ponderou não mais convir ao Brasil o isolamento tradicional".

¹⁷ Segundo Bueno e Cervo, 2008, p. 136: "Três grandes obstáculos iriam, entretanto, comprometer a realização daquele objetivo: a) no Parlamento brasileiro, insurgir-se opinião contra a iniciativa do governo, combatida ferozmente por Joaquim Nabuco e Alfredo d'Escragno Taunay, entre outros, que se opunham à vinda de chineses com argumentos sociais e raciais, porque supunham que iria desenvolver-se no Brasil uma nova escravidão e efetuar-se uma nova contaminação biológica. A eles associaram-se posteriormente os positivistas liderados por Miguel Lemos; b) internacionalmente, era quase idêntica a avaliação feita pelos governos e pela opinião pública acerca das experiências migratórias chinesas para Califórnia, Peru, Cuba e Austrália; c) insurgir-se o próprio governo chinês diante da situação humilhante em que se encontravam pelo mundo seus emigrados, chamados de *coolies*, e decidira bloquear a saída. Dessa forma, após intensas negociações, o governo brasileiro não obteve pelo tratado a autorização explícita desejada, mas apenas um dispositivo facultando aos súditos de ambos os impérios a liberdade de comerciar e transitar pelo outro país".

¹⁸ Os resultados dessa diplomacia de prestígio aberta por Dom Pedro II, em nível interamericano, também são descritos por Arndt, 2005, p. 20: "*The military's intellectual role in Latin America was extensive, even before Panama, thanks to the Monroe Doctrine. Early on Congress permitted US military staff to be loaned to foreign governments to provide technical assistance. The Navy in 1838 surveyed the southern tip of the continent, carrying on the work of Humboldt. Navy teams explored the upper Amazon in 1851 and the Rio de la Plata in 1853. In 1867 the Smithsonian Institution, founded in 1846 by a British donation, explored the upper Amazon. Dom Pedro II of Brazil welcomed teams from Harvard, Cornell, Indiana, and Stanford to build science education and research. Archeologists John Lloyd Stephens, Ephraim Squier, and Hiram Bingham were given temporary US diplomatic titles, partial funding, and government scientists to help in their expeditions. Latin American activity was a natural consequence of the US commitment to*



Ainda para Bueno e Cervo (2008, p. 177), a Diplomacia de Prestígio¹⁹ continuou presente nos primeiros anos da República no Brasil, sendo uma das grandes características da política externa estabelecida pelo barão do Rio Branco, de 1902 a 1912. Além da presença soberana da América do Sul, da solução de problemas fronteiriços e da ênfase econômica na exportação de produtos agrícolas, a restauração da Diplomacia de Prestígio, como parte dos esforços para o reconhecimento da república recém-estabelecida, estava entre as principais frentes de ação da política externa de Rio Branco.

Assim como aconteceu com Dom Pedro II nos últimos anos do Império, a Diplomacia de Prestígio do Brasil, durante a República, continuou a se basear principalmente no prestígio político pessoal, agora com Rio Branco. Esse prestígio político manifestava-se internamente com a autonomia e a manutenção do ministro das Relações Exteriores no cargo, mesmo em diferentes gestões do governo nacional naquele período²⁰, e se expandia externamente, com o aprofundamento da aliança estratégica com os Estados Unidos. A força política interna de Rio Branco, somada à aliança estratégica com os Estados Unidos, desenhada por ele, garantia o prestígio brasileiro também frente às potências europeias, assim como junto a seus vizinhos sul-americanos.

O termo Diplomacia de Prestígio não só esteve presente entre autores e políticos brasileiros, como Roberto Campos, ou entre importantes historiadores de nossa política externa, como Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, mas também foi um conceito resgatado por uma das mais importantes analistas contemporâneas da política externa brasileira: Maria Regina Soares de Lima²¹. Ela o fez situando, sob uma perspectiva brasileira, o pensamento de Hans Morgenthau, um dos autores clássicos do realismo nas relações internacionais.

Soares de Lima retoma um pensamento fundamental de Morgenthau, muito útil para pensar o prestígio em países com escassos recursos de poder ou sem poder²². Para estes países, que não seriam capazes de aumentar ou manter algum poder, seria importante demonstrar uma “reputação de poder” ou cultivar uma “simpatia” externa.

the Inter-American Movement. Its first conference in the U.S. took place in 1885 and lasted six months, with its Latin delegates traveling everywhere courtesy of the Pennsylvania Railroad”.

¹⁹ “As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros.”

²⁰ Bueno e Cervo (2008, p. 177) viam o prestígio político interno pessoal como uma das fortalezas da política de Rio Branco no período, e que se mantinha em diferentes administrações presidenciais: “É preciso advertir que, no período em tela, o Ministério das Relações Exteriores teve, na prática, autonomia de ação, decorrente do prestígio de seu titular. Desse modo, a condução da política exterior brasileira deve ser atribuída quase que unicamente à ação do barão do Rio Branco, que, desde a sua posse, desfrutou de um lugar à parte no Poder Executivo. A continuidade da política externa independeu das mudanças presidenciais. O barão integrou os ministérios de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.”

²¹ Soares de Lima, 2018.

²² Soares de Lima (2018, p. 37) vê o prestígio, em Morgenthau, como maneira de agir dos países que não necessariamente detém poder militar ou político: “Para o autor [Morgenthau], todos os estados buscam manter o poder, aumentar o poder ou demonstrar poder, o último que ele denomina política de prestígio. Os dois primeiros seriam típicos do comportamento das grandes potências, mas não necessariamente o último”.



Ao pensar o caso brasileiro, a autora cita e comenta um pensamento de Morgenthau, que define bem o que seria essa política externa de prestígio. Para Soares de Lima,

[a] política de prestígio ou a demonstração de uma reputação de poder «que uma nação tem (ou pensa que tem, ou que deseja que as outras nações acreditem que ela tem)» (p. 156) certamente estará presente no rol das políticas daqueles países com ambição de protagonismo internacional mas sem as capacidades materiais necessárias ou comparáveis às grandes potências. Uma demonstração da política de prestígio é o «poder do exemplo». Segundo o autor [Morgenthau], «A luta pelo poder no cenário internacional não se resume hoje a uma luta pela supremacia militar ou dominação política, mas sim, [...] a uma disputa pelas mentes dos homens. Desse modo, o poderio de uma nação passou a depender [...] também do grau de simpatia que sua filosofia, suas instituições e suas normas políticas tenham conseguido conquistar em outras nações»²³ (p. 292). (Soares de Lima, 2018)

A definição de Morgenthau de política externa de prestígio comentada por Soares de Lima vai totalmente de encontro aos sentidos do termo em Campos, Bueno e Cervo para definir as políticas externas do Brasil durante o Segundo Império, a Primeira República e durante o século XX, na busca por espaços privilegiados em organizações multilaterais. Sem a mesma capacidade de poder militar ou político de uma grande potência, a diplomacia brasileira dedicou-se constantemente ao prestígio, à construção da simpatia junto às outras nações, através de diferentes alianças, por meio de variados recursos e em diferentes espaços. Essa maneira de construir a Diplomacia de Prestígio tem, portanto, um contexto próprio em países que, como o Brasil, não detém ferramentas de coerção internacional; trata-se da dimensão possível para a diplomacia.

Essa característica da diplomacia é fator diferencial diante daqueles países que exercem, de fato, poder militar, econômico ou político²⁴, como os imperialismos²⁵ de França ou Estados Unidos, em diferentes conjunturas. Por isso, conceitos criados por estas grandes potências, como Diplomacia Cultural, Diplomacia Pública ou *Soft Power*, usadas para definir políticas próprias em determinados momentos históricos, talvez não sejam os mais apropriados para definir o caso da política externa brasileira em sua busca por prestígio.

DIPLOMACIA CULTURAL, DIPLOMACIA PÚBLICA E O SOFT POWER: CONCEITOS PARA QUEM TEM PODER

Se os meios não coercitivos foram os primeiros a serem acionados pelas grandes potências nas relações internacionais, foi a França quem consagrou a maneira contemporânea de

²³ Soares de Lima, 2018, p. 37, citando Morgenthau, 2003, pp. 156 e 292.

²⁴ Soares de Lima (2018, p. 38) reforça esta lógica: “Política de prestígio, *soft power* e capacidades diplomáticas são instrumentos mais do que adequados aos estados que querem ter algum protagonismo internacional mas não dispõem de *hard power* que possa ser usado para o exercício de poder de veto em eventuais enfrentamentos com as potências”.

²⁵ Bourdieu (2003, p. 13) descreve a relação entre os imperialismos de França e Estados Unidos e suas pretensões de universalidade política, como “...uma das propriedades mais eminentes dessas duas ações, a saber, sua pretensão a uma certa universalidade, de modo especial no domínio político - com, por exemplo, uma forma particular de constituição e de tradição democrática - faz parte dos recursos políticos, dos capitais simbólicos que essas nações podem colocar a serviço de formas muito particulares (e muito diferentes) de imperialismo”.



implementar a Diplomacia Cultural, a partir de sua revolução de 1789. Aliada à expansão militar e territorial que se seguiu à revolução, a disseminação oficial dos valores políticos e culturais franceses, que se pretendiam universais, foi instrumento auxiliar fundamental para a consolidação da sua república, da sua língua e dos seus costumes²⁶.

Muito mais do que cultivar relações culturais descompromissadas e entendendo a cultura de maneira ampla²⁷, a Diplomacia Cultural francesa agiu de acordo com os interesses políticos e comerciais no exterior de maneira oficial²⁸. Para isso, agiu muitas vezes por meio da educação, seja ela laica ou religiosa²⁹, para formar, no exterior, elites simpáticas à França e a seus valores.

Desde então, a França também universalizou, juntamente com seu modelo político republicano, sua língua e seus valores, o conceito e a maneira de estruturar a Diplomacia Cultural nos Estados modernos³⁰. Esse modelo francês de diplomacia³¹ trouxe, desde então, a possibilidade

²⁶ Para Bourdieu (2003, p. 15), "...a Revolução Francesa aparece como o mito fundador e legitimador da pretensão da França à universalidade e, ao mesmo tempo, ao direito à universalização de sua cultura nacional. Tendo a França como cultura nacional uma cultura que se pretende universal, os franceses se sentem autorizados (ao menos até a Segunda Guerra Mundial) a uma forma de imperialismo cultural que toma a aparência de um proselitismo legítimo do universal".

²⁷ Arndt (2005, p. xvii) descreve como a Diplomacia cultural francesa usava um conceito amplo de cultura, mas sempre em busca de seus interesses políticos no exterior: *"Most thoughtful cultural diplomats use 'culture' as the anthropologists do, to denote the complex of factors of mind and values which define a country or group, especially those factors transmitted by the process of intellect, i.e., by ideas. 'Cultural relations' then (and its synonym-at least in U.S.-'cultural affairs' means literally the relations between national cultures, those aspects of intellect and education lodged in any society that tend to cross borders and connect with foreign institutions. Cultural relations grow naturally and organically, without government intervention-the transactions of trade and tourism, student flows, communications, book circulation, migration, media access, inter-marriage-millions of daily cross-cultural encounters. If that is correct, cultural diplomacy can only be said to take place when formal diplomats, serving national governments, try to shape and channel this natural flow, to advance national interests."*. Suppo (2012, p. 15), citando Milza, vai no mesmo sentido, observando que o uso aparentemente neutro do conceito de cultura no modelo francês leva consigo interesses políticos, que são carregados pela Diplomacia Cultural: "A contribuição nessa área, sobretudo a francesa, é muito importante e foi objeto de análise parcial em outro trabalho nosso (Suppo; Lessa, 2007). O historiador Pierre Milza apresenta, por exemplo, influenciado pela antropologia, uma útil e interessante definição de cultura: 'A cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, a saber, a produção, a difusão e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade, constitui em primeiro lugar um agente ou fator das relações internacionais na medida em que forja mentalidades e orienta o sentimento público. Mas é ao mesmo tempo um desafio ou, se preferimos, um terreno de enfrentamento sobre o qual intervêm diversos grupos e forças antagonistas na ação que se opera de forma explícita, ou, mais comumente, de maneira oblíqua ou oculta'".

²⁸ Rolland (2000, p.93) desenvolve o modo pelo qual o modelo político francês foi universalizado: *"A de très limitées exceptions près, élites politiques culturelles et économiques de la France paraissent donc sûres de l'universalité inébranlable du modèle français; un modèle entendu alors comme 'ce qui sert ou doit servir d'objet d'imitation'; un modèle dominant et officiel, républicain, cristallisé autour des principes de 1789..."*. Mitchell (1986, p. 4), citado por Herz (1987, p. 4) também descreve como a Diplomacia Cultural buscava ganhos políticos e econômicos *"As an aspect of diplomacy it is normally carried out abroad by diplomatic staff. It is closely aligned to official policy and national interest. Its ulterior purpose is political or economic."*

²⁹ O catolicismo, traço incorporado pelo Estado francês desde François I e interrompido pela República, laica, foi retomado, em diversos momentos, em sua Diplomacia Cultural, como na Primeira Guerra Mundial, como mencionado por Rolland (2000, p. 11): *"Ainsi, deux messianismes associés au sein de l'Union sacrée, le messianisme républicain et le messianisme catholique, définissent une dimension eschatologique de la culture de guerre française"*. O catolicismo como traço da identidade francesa também foi retomado por Charles de Gaulle e a União Latina durante a Guerra Fria.

³⁰ O uso oficial do termo "cultura", em um departamento diplomático próprio para esses fins, teria sido inaugurado pela França em 1923. Segundo Arndt (2000, p. xvii): *"The mysteries begin with the word 'culture' and the phrase 'cultural relations', adopted by the French in 1923, when they founded the world's first separate cultural office in a foreign ministry."*

³¹ A estratégia francesa, messiânica, era a de implementar o seu universalismo de maneira aparentemente não forçada, como se fosse uma vontade dos outros povos, como os latino-americanos, acolher a cultura francesa. Segundo Rolland (2000, p.86): *"Beaucoup moins économiquement présente, pourvoyeuse d'idées fondatrices, auto-investie d'une mission messianique, ayant accédé avant les nouvelles nations latino-américaines à la modernité politique par voie de rupture, la France apparaît durablement comme le dénominateur commun politique et culturel le plus fédérateur d'une large part des élites latino-américaines sensibles à cet universalisme français, 'idéologie d'accueil plutôt que d'assimilation forcée'"*.



de fazer política internacional com uma ampla gama de instrumentos culturais, seja a língua, a educação³², as artes plásticas, o teatro ou o cinema. Apesar de outros países (incluindo o Brasil) estruturarem suas próprias diplomacias culturais, cada um de acordo com a sua possibilidade e poder, foi o modelo francês que foi universalizado. O conceito de Diplomacia Cultural também foi reproduzido por outros países, mesmo quando não tinham a capacidade coercitiva universalista do imperialismo francês no seu auge.

Essa supremacia da Diplomacia Cultural francesa foi incontestável até a Primeira Guerra Mundial, quando diferentes modelos de propaganda exterior começaram a ser implementados pelas grandes potências em disputa. Foi o caso dos Estados Unidos, que, frente à necessidade de implementar uma propaganda de guerra pró-americana, dentro e fora do país, cunharam o conceito de “informação” pública, como maneira de diferenciá-lo do conceito de “propaganda”, por acreditarem ser um termo mais neutro, e assim mais facilmente aceitável pelo público.

Assim se afirmava a diferença do *Committee for Public Information* (CPI), germe do que seria a política e estratégia de “informação” estadunidense³³, criado em 1917 pelo jornalista e poeta George Creel, durante o governo Wilson. Para Arndt (2005, p. 28) “*Creel's decision to use the word 'information' in CPI's name was no accident; he chose 'information' expressly to avoid 'propaganda' - which Creel agreed was a fatally poisoned synonym for 'purposeful lying'.*”

A partir daí os Estados Unidos montaram sua estratégia com ferramentas mais atualizadas, criando uma rede de escritórios de “informação” pública no exterior, para produção de materiais específicos, adequados e adaptados para cada público local e com um alcance muito mais amplo e massivo.

Historiadores brasileiros como Gerson Moura (1984) e Antonio Pedro Tota (2000) destrincharam brilhantemente como funcionou a máquina estadunidense de “boa vizinhança” no Brasil, por meio de atores e interesses privados e públicos e capitaneada pelo milionário Nelson A. Rockefeller para conquistar a opinião brasileira já na conjuntura da 2ª Guerra Mundial. Isso era feito ao mesmo tempo em que se garantia às bases militares estadunidenses a presença no Nordeste do Brasil, o acesso privilegiado às matérias-primas necessárias para a guerra, além de oficializar a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados. Para isso, além da frente militar e econômica, os Estados Unidos estenderam o alcance de seus programas de rádio, através da *Voice of America* e de outras rádios locais, públicas e privadas, apoiando e incentivando também a produção e difusão de músicas, de programas “jornalísticos” norte-americanos pelas ondas

³² Esse intercâmbio cultural promovido pela França, acabava por reforçar o poder francês. Para Arndt (2005, p.10): “*Through the years, France never wavered in its universalist goals and remained deeply committed to education and culture, blending import and export. Education and culture were harnessed and managed for the purpose of enhancing, magnifying, and reinforcing French power.*”

³³ Como descreve Arndt (2005, p. 27): “*Enter America's 'first minister of propaganda', George Creel. For years a row of photos of former directors graced the wall of USIA leading to the director's office. Though Creel died well before USIA was born in 1953 and had left government work in 1919, his photo, in a high Calvin Coolidge collar, led the others.*”



curtas³⁴ e a produção de filmes, financiando o intercâmbio de cantores, atores, diretores, escritores e intelectuais dos dois países. De Carmen Miranda a Orson Welles, de Grande Otelo a Walt Disney, o esforço de guerra norte-americano foi também cultural e “informacional”.

A fórmula de “enlamear as águas” da cultura e da propaganda no exterior³⁵, mesclando “informação” com entretenimento, incentivando a produção pública e privada de produtos culturais pró-americanos para as grandes massas (muitas vezes a partir de pesquisas de opinião pública, com as mesmas metodologias usadas pela publicidade) e vendendo os produtos americanos no exterior, foi o modelo do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* de Rockefeller, sofisticado no contexto da 2ª Guerra Mundial e replicado por aquele país nas décadas seguintes.

Esse novo universalismo político e cultural estadunidense³⁶, que vendia a democracia nos moldes americanos e o *American Way of Life*, trazia também novos termos. Em vez de usar “propaganda” (como os alemães) ou “diplomacia cultural” (como os franceses), os Estados Unidos cunharam, já na conjuntura da 1ª Guerra Mundial, o conceito de “informação” e, na da 2ª Guerra, o de “boa vizinhança” com os países do continente americano.

Foi com base nessa trajetória que, já durante a Guerra Fria, o governo estadunidense (durante a gestão de Eisenhower) iria criar em 1953 o seu maior empreendimento de “informação”, a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), maior agência daquele país em orçamento e número de funcionários, com mais de 300 postos locais no exterior, implementados ao longo das décadas de 1950 e 1960³⁷.

Ao mesmo tempo em que se armava para o possível conflito atômico com a União Soviética e reorganizava o sistema político internacional com as organizações multilaterais do pós-2ª Guerra, os Estados Unidos montavam também sua estratégia de convencimento das opiniões públicas estrangeiras em favor de seu modelo de democracia, também difundindo propaganda contra o bloco soviético e o comunismo.

A reorganização política, militar e das políticas de propaganda dos Estados Unidos também trazia uma nova roupagem conceitual, lançada no mundo acadêmico norte-americano (e depois reproduzido no exterior), ao substituir o termo “*information*” (lançado no contexto da 1ª Guerra) pelo conceito de “Diplomacia Pública” para definir o trabalho da USIA no exterior e nomear

³⁴ Mais sobre o *Office* de Rockefeller, sua ação no Brasil e na América Latina, e como sua fórmula de propaganda foi replicada na segunda metade do século XX, em Moura (1984), Tota (2000), Arndt (2005) e Dizard Jr (2004).

³⁵ Em Arndt, 2005, p. xii: “*Cultural relations were still intact when in 1942 wartime pressures and the energetic Nelson Rockefeller began muddying the waters... Until the end of the twentieth century, the idea of an independent American cultural diplomacy gradually eroded*”.

³⁶ Bourdieu (2003, p. 16) detectava o novo universalismo estadunidense, que disputava a supremacia cultural com o francês: “Em sua forma norte-americana, a força do imperialismo do universal evidentemente está na Constituição, no Congresso, na unidade dentro do pluralismo, etc., e quando os Estados Unidos reivindicam o universalismo político, isso lhes é concedido de bom grado. Mas eles também reivindicam, há um certo tempo, e com algum sucesso, a universalidade cultural”.

³⁷ Mais sobre a USIA e sua ação no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960 em Santomauro, 2015.



espaços políticos e acadêmicos a partir de então. Arndt (2005, p. 512) explicita esse processo de nova roupagem conceitual, feito por diplomatas e acadêmicos estadunidenses, de acordo com os novos tempos de Guerra Fria:

The naming of the advisory commission was the third significant step for the phrase “Public Diplomacy,” on its way to lexicological glory, replacing Creel’s time-honored “information” and further dimming the light of culture and education with the bright illusions it fostered. Public Diplomacy had come out in the open as a formal title in 1967, when former ambassador Edmund Gullion, dean of Tufts and erstwhile Stanton commissioner, devised it as a name for his university’s new Murrow School. He recalled that he “would have liked to call it ‘propaganda’... the nearest thing in the pure interpretation of the word to what we were doing.” But knowing “propaganda’s” pejorative connotation in the U.S., he “hit upon” Public Diplomacy, “to describe the whole range of communications, information and propaganda.” ...Public Diplomacy, in fact, was a phrase devised to cover the nontraditional diplomacy practiced by USIA. What USIA did was Public Diplomacy and viceversa. (Arndt, 2005)

Como se vê, o conceito de Diplomacia Pública mascarava a política implementada pela USIA durante os anos de Guerra Fria, descrevendo de maneira mais aceitável a mescla de atividades de comunicação, informação e propaganda. Esse conceito trazia um sentido amplo para o trabalho da USIA durante a Guerra Fria e este era disseminado pelos postos da agência no exterior (os USIS/*United States Information Services*), contando com a ampla colaboração do setor de comunicação privada estadunidense no exterior³⁸.

Segundo a diretriz de Edward R. Murrow, jornalista e um dos diretores da USIA no seu auge (de 1961 a 1964), a Diplomacia Pública estadunidense definia-se como fruto de uma visão conjunta do governo e das empresas daquele país e era voltada não só a governos, mas principalmente à opinião pública estrangeira³⁹, definindo a maneira de agir dos Estados Unidos no exterior, por meio da USIA, durante toda o período da Guerra Fria.

Com a queda do bloco soviético, ao longo dos anos 1990, a estratégia estadunidense de propaganda foi repensada, aliando-a à nova conjuntura geopolítica mundial que se formava e às novas ferramentas de computação e tecnologias de informação⁴⁰. Diante desse novo contexto, a USIA foi extinta oficialmente durante o governo Clinton, em 1999.

³⁸ Para o ex-agente da USIA, Dizard Jr. (2004, p. xiv), o termo Diplomacia Pública, abarcava, de maneira ampla, o trabalho da USIA, que agia em colaboração com o setor privado: “My aim is to identify USIA’s contribution to the United States’ worldwide ideological impact in the postwar decades. Its role was to portray the United States through the prism of national strategic interests. In a phrase, the agency was a propaganda operation, replicating similar programs of other governments, both friendly and hostile. In the process, USIA added new dimensions to the old craft of propaganda, under the new rubric of public diplomacy. One of these was in the scope of its activities. In addition to its Voice of America radio service, the agency had posts in almost three hundred cities and towns abroad, making its activities more geographically dispersed than those of any other Washington agency, then or since. USIA was the first official U.S. presence in many of these population centers. Its programs were an overlay on the U.S. commercial media’s post-war expansion into global markets. This symbiotic relationship between Washington agencies and private organizations was an important part of U.S. influence on other cultures since World War II”.

³⁹ Para Murrow (citado em Nye, 2004, p. 107), a Diplomacia Pública se definiria como “...interactions aimed not only at foreign governments but primarily with nongovernmental individuals and organizations, and often presented as a variety of private views in addition to government views.”.

⁴⁰ Já em 1984, Hansen propunha uma atualização da estratégia da USIA, que considerasse uma rede mundial de comunicação, a ser lançada por novas tecnologias computacionais.



É nessa fase que o professor de Harvard, Joseph Nye, que também era *Assistant Secretary of Defense for International Security Affairs* do governo Clinton, seguindo à tradição norte-americana em tempos de mudanças conjunturais internacionais, lança o termo *Soft Power*⁴¹, replicado globalmente desde então, também por outros países e em outras condições. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos repensavam suas estratégias políticas e militares e a importância das organizações multilaterais nesse novo contexto, o *Soft Power* de Nye caracterizava o discurso do país na nova ordem mundial, valorizando a maneira de “fazer com que os outros queiram o que você quer”⁴².

Grazia e Baykurt (2021, p. 2) identificam como o termo *Soft Power* serviu para definir, de maneira supostamente sofisticada e progressista, a forma de o império americano continuar a comandar o novo sistema internacional multipolar:

Nye coined the term "soft power" to characterize the policy the United States should employ to give order to the emerging new world. His simple definition of the concept - "getting others to want what you want" - aimed to provide a liberal blueprint for keeping a U.S.-led international system in place. Rather than military might or economic sanctions, Nye suggested, it was cultural attraction, ideology, and international institutions that could align a multipolar, multicivilizational world with the American imperium. (Grazia e Baykurt, 2021).

Assim como os temas criados oficialmente por políticos e acadêmicos estadunidenses durante a primeira guerra, com Creel e a ações de “informação”, ou com Murrow e a “Diplomacia Pública”, Nye e o *Soft Power* sempre combinavam suas ações com o projeto de liderança do sistema internacional, aliando-o a ações econômicas, políticas e militares. Nye (2009), ao pensar o novo mundo americano a partir dos anos 2000, define essa combinação ideal entre *Hard Power* e *Soft Power* como *Smart Power*, a fórmula de poder possível desde então. Para ele, e de acordo com a tradição estadunidense, o poder não se exerceria somente com o *Soft Power* e sim com uma combinação *smart* com os poderes coercitivos (*Hard Power*), exercidos normalmente pelas grandes potências.

Pode-se perceber, portanto, que não é apropriado reproduzir, sem critério, termos como Diplomacia Cultural, “Informação”, Diplomacia Pública ou *Soft Power* - todos eles ligados à tradição dos “imperialismos do universal” de França e Estados Unidos - para países que não exercem o mesmo poder em nível global⁴³. Países emergentes - ou periféricos, como o Brasil -

⁴¹ Grazia e Baykurt (2021, p. 4) descrevem bem essa nova conjuntura onde o *Soft Power* foi lançado: “*Our genealogy of soft power starts in 1990, following the fall of the Berlin Wall and the bold proclamations about the end of the Cold War. Nye first introduced the term at a time when many countries were trying to understand their place in the world.*”

⁴² Nos novos tempos da internet e das comunicações globais, Nye (2004, p. 1) ressaltava a importância de continuar a ser amado nessa conjuntura: “*More than four centuries ago, Niccolò Machiavelli advised princes in Italy that it was more important to be feared than to be loved. But in today's world, it is best to be both. Winning hearts and minds has always been important, but it is even more so in a global information age.*”

⁴³ Grazia e Baykurt (2021, p. 2), seguem na mesma linha, ao observar a reprodução do termo *soft power* em diferentes contextos, e por países emergentes, no novo milênio: “*Possibly beyond what Nye originally intended, the concept soon took on a life of its own, evolving into a plausible foreign policy agenda outside the United States. Countries engaged in what they called "soft strategies" to enhance their cultural influence and make it commensurate with - or even superior to - their economic, political and military weight.*”



devem buscar conceitos próprios para entender melhor suas possibilidades e estratégias internacionais.

CONCLUSÃO: UM PAÍS EM BUSCA DE PRESTÍGIO

O termo Diplomacia de Prestígio, cunhado pelo político e diplomata Roberto Campos em 1997 e usado por outras referências acadêmicas brasileiras aqui citadas, seja no campo da História das Relações Internacionais - com Clodoaldo Bueno, ou da Ciência Política, com Maria Regina Soares de Lima - resgata um sentido (lançado por Morgenthau) apropriado para o Brasil: o do recurso possível para potências não centrais, que não detém o poder coercitivo militar ou econômico, sistêmico, em nível global.

Em busca do reconhecimento, da simpatia e do prestígio internacional, e nem sempre aliado a outros objetivos pragmáticos, a Diplomacia de Prestígio brasileira foi recorrente, multifacetada e desprovida de um plano de longo prazo. Apesar de constante, ela sempre mudou de acordo com as possibilidades conjunturais e com as possibilidades, muitas vezes limitadas, de nossa diplomacia.

Ao longo da história a Diplomacia de Prestígio se expressou, como já pontuado, de diversas maneiras e por meio de diferentes ferramentas políticas e culturais. Desde o Império (com Dom Pedro II), passando pela Primeira República (com Rio Branco) e pela Era Vargas, com a Política de Boa Vizinhança⁴⁴ e com a busca inicial por posições de destaque na ONU.

Durante a Guerra Fria, essa política continuou, não só com a permanente luta por espaço político em organismos multilaterais - como a UNESCO⁴⁵ ou a ONU - mas também com as alianças políticas “não-alinhadas”⁴⁶, ou outras, mais *sui generis*, como a União Latina⁴⁷ ou com a França de De Gaulle. No plano cultural ela se deu pela difusão, sem continuidade, de produtos brasileiros, como a literatura, o cinema⁴⁸, a música popular⁴⁹, as artes plásticas ou até com o apoio diplomático em concursos de beleza feminina no exterior⁵⁰.

Assim seguiu a Diplomacia de Prestígio após o fim da ditadura militar e com a Nova República. Como observam Tible e Santomauro (2021, p. 155):

The “Brazilian prestige diplomacy” tradition, which consisted of searching for a noninterventionist international posture and using dialogue and partnerships as the main tools for achieving international interests, prevailed once the twenty-one years of a military dictatorship (1964– 85) ended. Brazil’s search for a foreign policy image consistent with redemocratization in domestic affairs was consolidated formally in the

⁴⁴ Em Tota, 2000.

⁴⁵ Em Barros, 2012.

⁴⁶ Mais sobre a política externa independente em Bueno e Cervo (2008, p. 309).

⁴⁷ Em Documento 1: A.H.I., 1951:1.

⁴⁸ Em Ribeiro, 2012.

⁴⁹ Em Fléchet, 2012.

⁵⁰ Em Documento 2: A.H.I., 1954:1.



1988 Constitution, which framed Brazilian foreign policy as peace-seeking, embracing the active pursuit of global human rights, settling negotiations in multilateral forums, and prioritizing Latin American integration. Nuanced differences aside, this new agenda continued through the Nova República governments (those following the end of the civil-military dictatorship in 1985) and gained a new impetus from the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003– 10). (Tible; Santomauro, 2021)

Juntamente com ações de cooperação técnica e humanitária Sul-Sul, os grandes eventos esportivos trazidos ao Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro de 2016, marcaram a Diplomacia de Prestígio do país no novo milênio. Mas além do prestígio internacional, esses grandes eventos também alavancaram críticas em parte da opinião pública nacional sobre a utilidade deste tipo de esforço político e diplomático para um país como o Brasil, como o movimento "Não vai ter Copa" e as manifestações populares de 2013⁵¹.

Para avaliar mais profundamente o assunto e formular melhores políticas, de acordo com os interesses e possibilidades nacionais, é necessário consolidar o pensamento sobre essas ações. Para isso, é fundamental criar conceitos próprios, ajustados à realidade de países emergentes como o Brasil. Constitui um avanço nesse sentido a tipificação, consolidação e diferenciação dos termos citados, de acordo com exemplos históricos, como os propostos por Roberto Campos, Clodoaldo Bueno e Maria Regina Soares de Lima. O reconhecimento do conceito de Diplomacia de Prestígio para definir uma das frentes contínuas de ação da política internacional do Brasil ao longo da História pode ser um primeiro passo nesse caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, V. C.; Khalil S. (2014). 'Ideias e Política Externa: as Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco'. *Contexto internacional*, 36(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000200012> [Acesso em: 15 mar. 2025].

Arndt, R. T. (2005). *The first resort of kings: American cultural diplomacy in the twentieth century*. Washington, D.C.: Potomac Books, Inc.

Barros C. F., M. (2012). 'O Brasil na criação da Unesco: 1946 a 1954'. In LESSA, M.L. e SUPPO, H. R. (eds.). *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 89 a 110.

Baykurt, B.; Grazia, V. de (2021). *Soft Power Internationalism - Competing for Cultural Influence in the 21st-Century Global Order*. New York: Columbia University Press.

Bourdieu, P. (2003). 'Dois Imperialismos do Universal'. In LINS, D.; WACQUANT, L. (orgs.) *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. Campinas: Papirus, pp. 13 a 20.

Bueno, C.; Cervo, A. L. (2008). *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

⁵¹ Mais em Tible e Santomauro, 2021, p. 165.



Campos, R. (1997). 'Sobre a diplomacia de prestígio', *Folha de S. Paulo*, 31 agosto. Caderno Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc310803.htm> [Acesso em: 15 mar. 2025].

Dizard Jr., W. P. (2004). *Inventing public diplomacy: the story of the U.S. Information Agency*. London: Lynne Rienner publishers.

Fléchet, A. (2012). 'As partituras da identidade - O Itamaraty e a música brasileira no século XX'. In LESSA, M.L. e SUPPO, H.R. (eds.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 139 a 168.

Fundação Getúlio Vargas (1998). 'Acordo Nuclear Brasil-Alemanha'. *Atlas Histórico do Brasil da Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5722#:~:text=Em%2027%20de%20junho%20de,de%20novembro%20do%20mesmo%20ano> [Acesso em: 15 mar. 2025].

Hansen, A.C. (1984) *USIA, public diplomacy in the computer age*. New York: Praeger.

Herz, M. (1987). 'A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica', *Contexto Internacional*, 6.

Mitchell, J. M. (1986). *International Cultural Relations*. London: Allen & Unwin.

Morgenthau, H. (2003). *A Política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Moura, G. (1984). *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*, Coleção Tudo é História, Vol. 91. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Nye, J. N. J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

Nye, J. N. J. (2009). 'Get Smart: Combining Hard and Soft Power', *Foreign Affairs*, 88(4), pp. 160-163. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20699631> [Acesso em: 1 abr. 2025].

Lessa, M. L.; Suppo, H. R. (2012). *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Ribeiro C., F. (2012). 'O Itamaraty e a Cultura Brasileira: 1945-1964'. In LESSA, M.L. e SUPPO, H.R. (eds.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 111 a 138.

Rolland, D. (2000). *La crise du modèle français: Marianne et l'Amérique latine - Culture, politique et identité*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes.

Santomauro, F. (2015). *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Soares de Lima, M. R. (2018). 'A atualidade do pensamento de Hans Morgenthau', *Relações Internacionais*, 58, PP. 27-40. Disponível em:



https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri58/RI_58_art03_MRSL.pdf [Acesso em 22 mar. 2025].

Suppo, H. R. (2012). 'O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais'. In LESSA, M.L. e SUPPO, H.R. (eds.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 13 a 44.

Tible, J.; Santomauro, F. (2021). 'Lula's Assertive Foreign Policy: Soft Power or Dependency?'. In: BAYKURT, B.; GRAZIA, V. de (eds.) *Soft Power Internationalism. Competing for Cultural Influence in the 21st-Century Global Order*. New York: Columbia University Press, pp. 153 a 180.

Tota, A. P. (2000). *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras.

FONTES PRIMÁRIAS (ARQUIVOS HISTÓRICOS DO ITAMARATY - A.H.I.):

Documento 1: A.H.I., Brasília. 39.381 a 39.384. Artigo do Prof. José de Vasconcellos sobre o Congresso da União Latina, publicado no diário "Novidades", no México D.F., 21 de dezembro de 1951; memorando do cônsul na Guatemala Carlos da Silveira Martins Ramos ao Ministro João Neves da Fontoura, sobre as repercussões do Primeiro Congresso da União Latina realizado no Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1951;

Documento 2: A.H.I., Brasília. 52.938. Reportagem de "O Globo", "Fez mais pelo Brasil que muitos anos de Diplomacia", 06 de agosto de 1954; Carta-Telegrama enviada por Roberto de Oliveira Campos, no Consulado em Los Angeles, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.